

A macroeconomia como método de análise para diagnosticar e planejar intervenções na economia local

Macroeconomics as a method of analysis to diagnose and plan interventions on local economy

Romualdo Kohler

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Resumo: Este artigo procura, à luz da visão sistêmica, apresentar uma reflexão teórica sobre a importância da macroeconomia para diagnosticar o comportamento da economia local e, assim, instrumentalizar ações de intervenção no desenvolvimento socioeconômico do território. Um método de análise a partir de variáveis macroeconômicas permite, para além da visão de conjunto, identificar multiplicadores de efeitos diretos, indiretos e induzidos das variáveis microeconômicas. Assim, se defendeu que a visão de conjunto é, em suma, um método de análise diferenciado para diagnosticar o estágio de desenvolvimento do território, contudo, é urgente o fomento às investigações teóricas e à produção de indicadores primários com atualização e acompanhamento permanentes.

Palavras-chave: Macroeconomia local; Economia local/regional; Desenvolvimento regional; Base monetária local.

Abstract: This article seeks to, in the light of systemic vision, presenting a theoretical reflection about the importance of macroeconomics to diagnose the behavior of the local economy and thus exploit intervention actions in the social and economic development of the territory. A method of analysis from macroeconomic variables allows, in addition to the overview, identify multipliers of direct, indirect and induced effects of microeconomic variables. So, if maintained that the overview is, in short, a differentiated analysis method to diagnose the stage of development of the territory, however, there is an urgent need to promote theoretical investigations and the production of primary indicators with permanent monitoring and update.

Keywords: Macroeconomics local; Regional economy; Regional development; Local monetary base.

JEL: Eo; O11

Introdução

As ciências, na nossa contemporaneidade, vêm sofrendo uma verdadeira revolução paradigmática, em especial pela afirmação de teorias que apresentam a complexidade como método de análise. Avança-se, cada vez mais, para uma visão sistêmica em detrimento da simples observação dos fenômenos.

O dimensionamento do desenvolvimento local/regional também não poderia se furtar dessa ótica, em especial, pela complexidade das variáveis envolvidas no processo. No campo da economia, para além da produção de bens e serviços e da geração de renda, variáveis como qualidade de vida e sustentabilidade, entre outras, ampliam o conjunto dos elementos que interagem na especificidade do local.

Estamos vivendo em um mundo de mudanças radicais, nos mais variados, senão em todos, movimentos da atividade humana. Tais modificações ocorrem, notadamente, em função dos tremendos avanços obtidos no campo da tecnologia, com reflexos diretos na economia, mas também na cultura e no ambiente social.

Contudo, apesar dos avanços, da transformação eclética, nos deparamos com uma crise paradigmática, uma crise no íntimo da ciência, pois a ciência contemporânea passa a contrapor a visão de um mundo estático e sujeito às leis imutáveis e deterministas, como até então balizava nosso raciocínio, a de outro mundo instável e dinâmico, onde reinam a incerteza, o acaso e a multiplicidade.

Trata-se de uma mudança radical, porque, sob esta ótica, a ênfase passa a ser dada não mais aos fenômenos no seu isolamento, mas aos processos e às estruturas que os geram, contaminando todos os campos do conhecimento e radicalizando uma crise paradigmática.

Morin (2003, p.23) aponta que “estamos ainda cegos perante o problema da complexidade”. Afirma ainda, que “estamos na era bárbara das ideias”, ou “na pré-história do espírito humano” e que “apenas o pensamento complexo nos permitirá civilizar o nosso conhecimento”.

Até agora, o paradigma dominante nas ciências nos levou à contínua divisão do conhecimento em disciplinas. Todavia, essa postura determinista e mecanicista não é mais a adequada a certas situações. Surge a necessidade de se encontrar instrumentos de análise que contemplem a complexidade de nosso mundo, que requer avanços nos instrumentos de análise, para áreas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.

Nesta direção, o presente artigo procura apresentar uma reflexão sobre a oportunidade da macroeconomia como um método eficaz de análise para instrumentalizar políticas de intervenção na economia local/regional. Para tal, primeiro se resgata o debate da revolução da complexidade e como se constitui em uma metodologia de análise, para depois se avançar na adequação do método destacado às particularidades locais e, por fim, se “pinça” a macroeconomia como uma visão de conjunto, indispensável para diagnosticar, planejar e intervir no desenvolvimento do território.

2. Metodologia

A física clássica, com leis de inspiração newtoniana, estabelecia uma exata correspondência entre causa e efeito. Até o final do século XIX, os cientistas tinham certeza de serem capazes de reduzir até as mais complicadas situações às interações de umas poucas leis simples e de, assim, prever o comportamento dos mais complexos sistemas ao longo do tempo.

O surgimento de uma nova teoria no campo da física, a quântica, a partir do modelo do átomo de Max Planck em 1900, e o do universo de Albert Einstein em 1905, em sua teoria da relatividade, mostrou que as leis de Newton não funcionavam nos extremos do muito grande, o universo, e do muito pequeno, o das partículas subatômicas. Longe de ser previsível como a mecânica do relógio, a natureza assumia um caráter de aleatoriedade.

A partir dessa transformação no olhar paradigmático da física, a mensagem de incerteza e imprevisibilidade se irradiou às outras ciências. A teoria do caos e, por extensão, a teoria da complexidade começam a estruturar um novo paradigma.

O trabalho do meteorologista Edward Lorenz, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que, no início da década de 60, desenvolveu um modelo que simulava no computador a evolução das condições climáticas e que verificou que mudanças infinitesimais nos dados iniciais poderiam ocasionar alterações drásticas nas condições futuras do tempo, talvez seja o principal balizador da teoria do caos. O bater de asas de uma borboleta poderia, tempo depois, causar um furacão.

Esta verificação reforçou a visão probabilística da física e permitiu a constatação de que o comportamento de sistemas físicos é imprevisível, mesmo os relativamente menos complexos.

Todavia, paralelo a essa imprevisibilidade, se observou que há padrões, regularidades por trás do comportamento aleatório destes sistemas. Verificou-se, ainda, que o estado final de um sistema não é um ponto qualquer, e, sim, que certos percursos parecem ter mais sentido que outros, ou, pelo menos, ocorrem com muito maior frequência, permitindo que se preveja o estado mais provável de um sistema, embora não quando precisamente ele vá ocorrer.

De outra forma, o outro pilar da física clássica se estruturou a partir das leis fundamentais da termodinâmica. A primeira lei, também chamada de lei da entalpia ou da conservação da energia, assume a constância entre matéria e energia total de um sistema fechado, remetendo sua ampliação de quantidade às trocas externas (NETO, 2006, p.11). Assim, somente as trocas com o exterior permitem um dimensionamento, diferente do estado inicial, no *quantum* de matéria e energia.

A segunda lei, ou lei da entropia, estabelece que a entropia de qualquer sistema isolado tenda a aumentar com o tempo, aproximando-se de um valor máximo, caracterizado pelo equilíbrio térmico. Segundo Fliebbach, citado por Neto (2006, p.11), a entropia é uma medida de quantidade de energia presente em um sistema físico, que não pode ser utilizada para a produção de trabalho, dispersando-se na forma de calor. Quando a quantidade de calor de um sistema aumenta, também aumentam as flutuações térmicas desse sistema o que implica em perda de informação sobre seu estado físico microscópico. Portanto, a entropia é proporcional ao estado de desordem do sistema, o que indica que quanto maior a entropia maior a tendência ao estado de equilíbrio.

Assim, em resumo, pela primeira lei, somente as trocas com o exterior permitem alterar a quantidade interna de matéria e energia e, pela segunda lei, quanto maior a desordem interna do sistema, maior é a tendência ao equilíbrio, a um padrão de comportamento macroscópico do sistema.

Na mesma direção, podemos enquadrar os sistemas físicos como conservativos ou dissipativos. Nos primeiros, segundo Neto (2006, p.11), a energia é conservada, o que nos remete a um sistema fechado, pela ausência de contato com seu exterior, de acordo com a primeira lei da termodinâmica.

Já nos sistemas dissipativos, a energia não é conservada (NETO, 2006, p. 12), indicando um sistema aberto, em que a troca externa implica em perda ou ganho de energia. Nestes sistemas, as duas leis da termodinâmica agem provocando mudanças, que se expressam na quantidade de energia e no seu grau de entropia. Tendem ao equilíbrio termodinâmico, pois a quantidade de energia interna é igual à quantidade de energia presente no seu meio externo, ou seja, o estado de equilíbrio termodinâmico é macroscopicamente estável, isto é, não apresenta variações de temperatura, ou se equipara à temperatura do ambiente externo.

Com esta rápida apresentação teórica, queremos indicar que fenômenos entrópicos, contrariando as idéias iniciais da física, podem causar a criação de ordem. A termodinâmica clássica associava a ordem ao equilíbrio e a desordem ao não equilíbrio. Hoje se sabe que fenômenos turbulentos são altamente estruturados. Este é um fato novo que contradiz o que se pensava até então: no desequilíbrio a matéria se reorganiza produzindo novas estruturas de organização.

Se encararmos o universo como um imenso e complexo sistema, veremos que é composto por uma infinidade de subsistemas concretos, cada qual se constituindo em um sistema dissipativo próprio, porém integrado ao seu meio, que, por sua vez, também se constitui em um sistema. Neste cenário, se abrem as cortinas para leis originárias de uma ciência contemporânea, que não somente relativiza a questão do

determinismo, mas que também incluem a historicidade, o ontem que delimita o hoje, e a probabilidade, como a previsibilidade possível, antítese da certeza, verdade ou determinismo.

Ao trazer esta discussão para o âmbito da economia local, que é objeto dessa reflexão e, mais especificamente, para os determinantes do desenvolvimento de um território específico, como, por exemplo, os municípios que compõem a estrutura federada brasileira, ou mesmo para as regiões que os circundam, se depara também com um sistema complexo, apesar do reducionismo do local na economia global.

Em primeiro plano, vale questionar qual a centralidade desse tipo de sistema, qual o elemento central de análise ou, de outra forma, o que é constante, ou que não varia, nesta contextualização local?

O ser humano, a qualidade de vida do homem, as relações sociais, a cultura, a sustentabilidade, o solo, o subsolo, o clima, os recursos naturais, a riqueza, a produção, o consumo, o investimento, os gastos públicos, as trocas com o exterior, a tecnologia, a estrutura produtiva, o conhecimento, todos esses recortes são variáveis no tempo. Portanto, mesmo no segmento local do desenvolvimento, o que seria invariável, imutável, que possa se constituir como ponto central de observação?

Resta um único elemento que se poderia atribuir uma constância, para servir de referência à análise por este tipo de abordagem: o espaço territorial. A partir da definição do território como o objeto de estudo, todos os demais elementos se constituem em variáveis, passíveis de análise na visão deste ponto de referência.

Esta colocação abre parênteses para incluir os elementos tempo e espaço na reflexão. O tempo, em síntese, abarca as dimensões do passado, do presente e do futuro. O passado como representação do antes, portanto significando uma correlação histórica com o presente, o momento atual, do agora, que, por sua vez antecede o futuro, o momento posterior, do depois. As três dimensões pressupõem um elo, um contínuo, uma evolução, o que implica que uma dimensão se relaciona com a outra.

Na mesma linha, Mariotti (2000), já indicava que “o que chamamos de racional é o resultado de nossas percepções”. Assim, a anterioridade parece indicar que o passado influi no presente e este é decisivo para o futuro. Somos hoje reflexo de nossa história, quer na dimensão pessoal, quer na dimensão da economia como um todo, quer na dimensão da ciência, que, de acordo com os dito popperiano: “é o conhecimento prévio, influenciado pelas teorias existentes, pelas opiniões do senso comum, pelas ideologias, pelo contexto cultural em que vive o indivíduo, que faculta a percepção de dúvidas” (KÖCHE, 1985, p.48). As dúvidas estimulam a reflexão, é fonte da evolução, indicando o elo historicista.

De outra forma, as dimensões espaciais, para conveniência de raciocínio, também podem ser agrupadas em três níveis: ambiente micro, ambiente macro e ambiente mega. Os três ambientes se conformam de maneira integrada, porém pressupõe uma hierarquia, os seja, o micro é integrante do macro, que, por sua vez, faz parte do mega. Este dimensionamento é uma convenção com fins puramente didáticos, pois os limites dos ambientes são flexíveis aos propósitos de cada abordagem.

Para exemplificar, no âmbito de nossa investigação, as atividades econômicas locais se situam no ambiente micro, a economia local no ambiente macro e o seu exterior no contexto mega. Contudo, poderíamos convencionar de outras formas: pessoas-empresas-economia, empresas-setores de produção-economia, município-

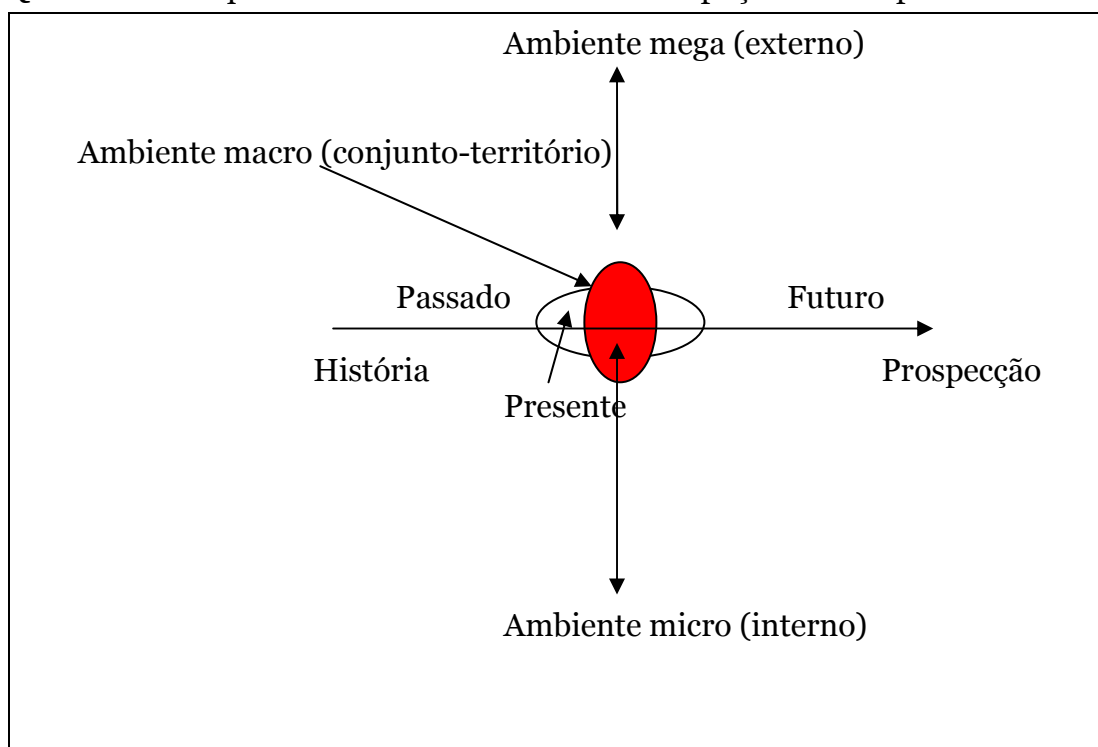
nação-mundo. A delimitação do ambiente macro é o ponto de partida da observação, é o que define as dimensões do micro e do mega.

Mariotti (2000) aponta que o surgimento do pensamento complexo não exclui o pensamento linear e, sim, que precisamos encontrar métodos para interagir com as duas estruturas de pensamento, pois, isoladamente, cada qual é insuficiente para a interpretação dos fenômenos. Afirma que há necessidade de uma complementaridade entre ambos os modelos mentais. O pensamento linear não se sustenta sem o sistêmico, e vice-versa.

Nesta direção, entendemos que estruturas lineares são factíveis, desde que delimitadas na dimensão do espaço e do tempo, à luz da expressão *coeteris paribus*, muito utilizada na área da economia e que significa que *tudo o mais permanece constante*. As explicações lineares somente se validam em determinadas condições, em um contexto de isolamento de variáveis para verificação de causa-efeito, tornando as demais variáveis do sistema complexo imutáveis.

A partir deste raciocínio, construímos um esquema, apresentado abaixo, para tentar demonstrar os conceitos antes desenvolvidos. O ambiente macro e o presente são nossos pontos de referência de espaço e tempo, com a anterioridade respectiva do ambiente micro e do passado e a posterioridade do ambiente mega e do futuro (Quadro 01).

Quadro 01 - Esquema de dimensionamento do espaço e do tempo

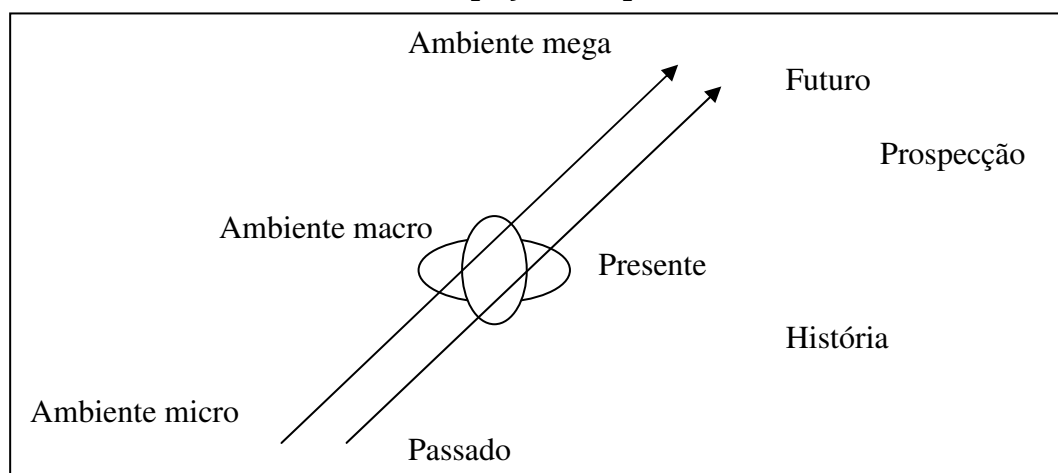


Fonte: Elaboração própria.

A anterioridade se corporifica na dimensão do espaço micro-macro-mega e do tempo passado-presente-futuro. Esta anterioridade parece indicar a conexão histórica entre os fenômenos, permitindo um paralelismo entre espaço e tempo, que surge pelo dimensionamento pontual do padrão macro-agora e dos seus elos com o micro-antes e mega-depois.

O Quadro 02 expressa o paralelismo entre espaço e tempo, em uma visão mais sintética do que se está ora defendendo. O principal objetivo é referenciar que cada espaço e/ou tempo se constitui em uma dimensão particular de análise, na lógica da máxima de Boff (1998) em que “todo ponto de vista é a vista de um ponto”.

Quadro 02 - Paralelismo entre espaço e tempo



Fonte: Elaboração própria.

A correlação entre o espaço e o tempo se dá pela afinidade hierárquica do espaço com a anterioridade do tempo. O ambiente macro passa a ser uma leitura do comportamento do ambiente micro, assim como, o presente passa a ser uma leitura do passado, ambos padrões de ordem na desordem. O ambiente mega e o futuro indicam aleatoriedade, pois se constituem em outra amplitude sistemática.

Neste contexto, por convenção e com fins metodológicos, definimos o ambiente padrão como macro, seus segmentos como micro e seu ambiente exterior como mega, com distribuição em paralelo com as expressões temporais do antes, do agora e do depois, respectivamente, conforme nossa conveniência ou nossos objetivos de investigação. Assim, o macro e o presente são convenccionados e, a partir daí, assumem o paralelismo na identificação da anterioridade e da posterioridade.

Desta forma, se entende que quanto maior a diversificação de elementos em um sistema, mais elevado é o número de combinações possíveis entre suas variáveis e onde esta a dificuldade de estabelecimento de leis imutáveis e determinísticas. Relações de causa-efeito podem somente ser identificadas em ambiente especiais de espaço-tempo, com probabilidades de verificação, nunca com leis universais.

Isto posto, voltamos ao questionamento anterior, da caracterização das variáveis de um sistema. O método que encontramos para identificar a constante em um dado sistema é o de se convencionar o ambiente macro e a definição temporal do momento presente, como nosso objeto de investigação.

Assim, é factível, com alicerce no pensamento complexo, a definição do território local como o ambiente macro de análise, então delimitado pela extensão do território, definido pelos limites administrativos dos municípios ou de regiões, em um ponto no tempo. Entendemos ser esta a única constante de fato e, ainda assim, claramente estabelecida por convenção. Tudo o mais são variáveis.

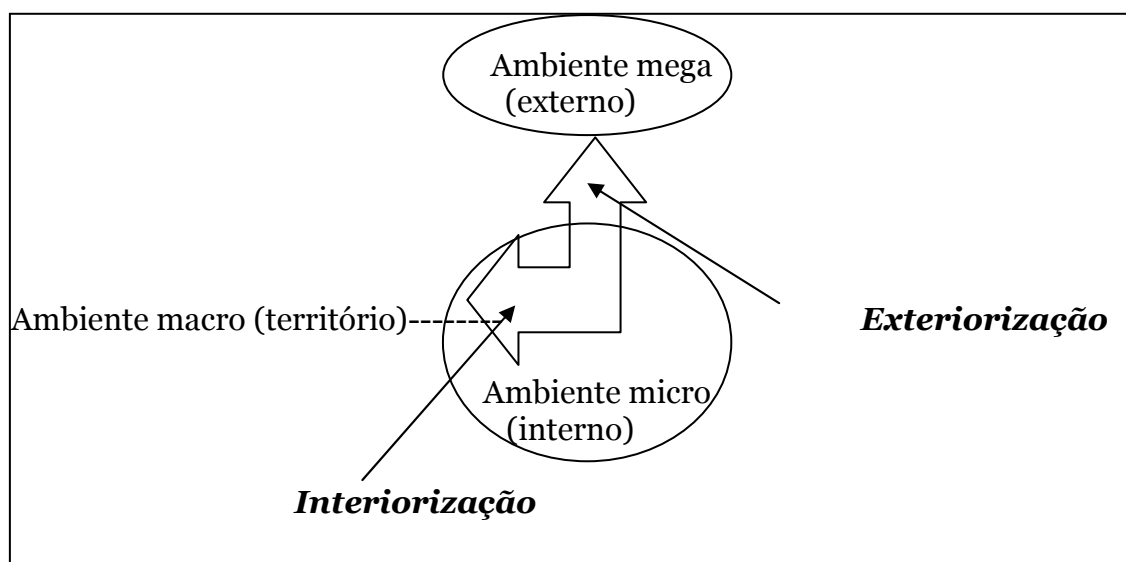
Tentando maior clarificação, tendo o recorte econômico como centralidade na investigação de um sistema de economia local, ou seu ambiente macro, se quer indicar o contingente de variáveis econômicas internas como seu ambiente micro e o

contexto econômico de seu exterior como seu ambiente mega. Do ponto de vista temporal, o estabelecimento de um recorte de análise, configura um ponto de observação e está condicionado à disponibilidade temporal das estatísticas econômicas oficiais.

Ainda na mesma direção, se didaticamente avançarmos no reducionismo da produção e circulação de bens e serviços para identificar os determinantes do crescimento econômico, como mero conceito quantitativo, se observa o produto interno do município como o ambiente macroeconômico, as atividades econômicas internas expressas pela diversidade de trocas o seu ambiente microeconômico, e seu meio exterior o ambiente megaeconômico, com o qual se dão os fluxos reais e monetários típicos de uma economia aberta.

As trocas econômicas, como os movimentos de qualquer sistema aberto, de energia-matéria, energia-energia, matéria-matéria, conformam trajetórias de movimentos internos e de movimentos com seu exterior, conforme procura sistematizar o Quadro 03, esquematizando alternativas de direção e consequência dos fatos.

Quadro 03 - Alternativas de direção das relações de troca



Fonte: Elaboração própria.

Este esquema permite verificar que as trocas de um sistema qualquer, energia-matéria, energia-energia e matéria-matéria, podem ocorrer internamente, trocas dentro do sistema, no seu ambiente micro, ou externalizados, trocas com seu meio exterior, para o ambiente mega. Pela própria referência de trocas, se quer indicar fluxos nos dois sentidos, ou melhor, uma troca implica sempre em *feedback*. Na economia local, por se tratar de uma economia aberta por excelência, portanto um sistema aberto, dissipativo, as trocas de bens e serviços se dão da mesma forma, internamente e externamente e, assim, deverão ser identificadas na mensuração dos efeitos produzidos.

3. Resultados e Discussão

O debate anterior abre espaço para posicionar a oportunidade e a premência de se diagnosticar a macroeconomia dos municípios, para que seja possível a intervenção com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local. Defende-se que o olhar ao ambiente macro é um método diferenciado de análise, que dá uma visão privilegiada do comportamento da economia local/regional, instrumentalizando intervenções pontuais no ciclo evolutivo.

Os municípios no Brasil, em sua estrutura federada, são desprovidos de planejamento de médio e longo prazos, até porque não possuem capacidade instalada para gestar sua economia, seja pela falta de técnicos especializados, seja pela inexistência de indicadores atualizados para diagnosticar a economia local. Vale destacar que planejar a economia local é muito distinto de gestar as contas públicas, a cargo das Prefeituras Municipais.

O PIB - Produto Interno Bruto dos municípios, principal indicador quantitativo da produção local, é divulgado com três anos de defasagem, o que, por si só, já corrobora nossa afirmativa. Como imaginar que um administrador, contemporaneamente, consiga gerenciar sua empresa conhecendo os números de sua produção com tamanho hiato de tempo? Mesmo que conheça o desempenho das partes (ambiente micro), necessita da visão do conjunto (ambiente macro) para desempenhar sua gestão.

De outra forma, simplesmente inexistem dados sobre os fluxos da demanda agregada, como o consumo das famílias, o investimento produtivo, os gastos e receitas do governo, as exportações e importações para fora do território. Sem falar nos estoques de fatores de produção, na base monetária, no volume de financiamento da economia, na disponibilidade da poupança, entre tantos outros recortes passíveis de visão de conjunto e indispensáveis à governança da economia local.

Em outras palavras, a macroeconomia local não é conhecida, muito menos gestada. Também é certo também que políticas públicas para intervir nessas economias ficam prejudicadas, em especial, pela falta de instrumentos ao Poder Público local. As políticas que os Governos Centrais utilizam para intervir na economia, fiscal, monetária e cambial, ficam prejudicadas a nível local.

Kohler (2011, p.199) aponta que a política fiscal “é praticamente inócua, visto o engessamento das receitas pela estrutura tributária nacional e a rigidez dos gastos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que categoriza despesas e impede déficits”. A ação keynesiana para manipular a economia fica descartada neste recorte local. As políticas monetária e cambial, por sua vez, também inexistem, visto a utilização de um padrão monetário único em nível nacional e a inexistência de quaisquer barreiras ao ingresso e saída de pessoas, bens, serviços, rendas e capitais.

Neste contexto, aqui se defende o incentivo às incursões investigativas que buscam teorizar sobre o comportamento das economias locais. Kohler, com centralidade nas relações da contabilidade social, identificou ainda diferenças teóricas substantivas entre os fundamentos da macroeconomia nacional e local, em especial, no dimensionamento da base monetária e na relação entre investimento e poupança, para além de cobrar maior valorização dos estoques de fatores de produção na definição do produto e da renda.

Ao sugerir necessidade de fomento à investigação, não estamos afirmando que inexistem incursões, pelo contrário, por exemplo, entre as teorias que procuram explicar a dinâmica do crescimento econômico local se destacam a Teoria da Base

Exportadora e a Teoria da Base Econômica, que, para os propósitos dessa reflexão, explicitam a abordagem complexa em sistemas dissipativos.

A Teoria da Base Exportadora, desenvolvida por Douglas North (apud SOUZA, 1997) divide a economia local em dois setores: o básico e o não básico. O primeiro que, de acordo com a teoria, está voltado para as trocas de bens e serviços com o exterior, por sua agregação de renda, dá a dinâmica à economia local. O segundo está voltado especificamente para o mercado interno e é dependente do desempenho econômico do primeiro setor.

As atividades básicas independem do nível da renda interna, pois esses bens e serviços são consumidos no exterior, ou seja, são condicionados pela demanda externa. Segundo Souza (2008), o setor básico constitui então o motor do crescimento local por irradiar efeitos multiplicadores sobre as atividades não básicas, por sua agregação de renda externa. Por outro lado, as atividades não básicas estarão condicionadas pela dependência ao setor dinâmico e pela distribuição de renda internamente. O autor ainda defende que uma base exportadora dinâmica e diversificada, historicamente, tem estimulado o crescimento de diferentes regiões e países, não apenas porque elas constituem parte do produto total, mas principalmente porque exercem efeitos multiplicadores sobre o crescimento do setor de mercado interno.

Neste contexto, a dinâmica do setor exportador tem a capacidade de produzir efeitos positivos de caráter direto, indireto e induzido nesta economia. Primeiro, de forma direta, pela produção de uma nova atividade, com geração de emprego e renda, segundo, indiretamente, pelos efeitos dos encadeamentos, *ex-ante* e *ex-post*, exercidos sobre a mesma cadeia produtiva e, finalmente, pelos efeitos induzidos que a renda gerada por esta nova atividade, por sua circulação, exerce sobre outras atividades econômicas, em especial, do setor não básico. Quais desses instrumentos são utilizados para diagnosticar a economia local?

Como sucessora, se apresenta a Teoria da Base Econômica, que amplia o horizonte do setor básico. Para além das trocas de bens e serviços, avança para a inclusão dos demais fluxos monetários com o exterior, contudo mantém o dimensionamento dos setores básico e não básico. Neste contexto, fluxos monetários convergentes e/ou divergentes por tributos, turismo, transferências diversas (aposentadorias, pensões, bolsa família, salário desemprego, entre outros), para além de financiamentos e empréstimos bancários, investimentos diretos estrangeiros, contribuem para definir a base monetária local, como limite às atividades econômicas locais, visto que a moeda se constitui no véu para as trocas.

Na direção de referendar a Teoria da Base Econômica, Kohler (2011) estruturou uma Balança de Pagamentos Local que busca apontar os fluxos de reais e monetários do território local com seu exterior, por trocas de bens, de serviços de fatores e não fatores de produção, de rendas e de capitais, conforme demonstrado no Quadro 04.

A estrutura proposta procura contemplar os movimentos a partir de duas contas básicas: a conta de transações correntes, que contempla todos os movimentos reais da economia com seu exterior; e, a conta de capitais, com os movimentos monetários e financeiros, que se constituem na contrapartida monetária aos fluxos reais das transações correntes. Defende Kohler (2011), que o estoque monetário é definido pelo balanço monetário, o que, em outras palavras, dimensiona a base monetária local.

Quadro 04 - Modelo de Balança de Pagamentos para a economia local

BALANÇA DE PAGAMENTOS DA ECONOMIA LOCAL

I - Conta de Transações Correntes (CTC) = (Bb + Bs + Br)

1- Balanço de Bens (Bb)

1.1- (Xb) Agregação por exportação de bens

1.2- (Mb) Desagregação por importações de bens

2- Balanço de Serviços de Não-Fatores (Bs)

2.1- (Xs) Agregação por exportações de serviços

2.2- (Ms) Desagregação por importações de serviços

3- Balanço de Rendas (Br)

3.1- (Rr) Agregação de rendas (transferências públicas, juros, lucros)

3.2- (Re) Desagregação de rendas (tributos estaduais e federais, juros, lucros)

II - Conta de Capitais (CK) = (Bka + Bm) = (-) (CTC)

4- Balanço de Capitais Autônomos (Bka)

4.1- Empréstimos e Financiamentos

4.2- Amortizações de Dívidas

4.3- Investimentos Diretos

5- Balanço monetário (Bm) = (-) (CTC + Bka)

5.1- Reservas em papel-moeda

5.2- Reservas bancárias

Movimentos no Estoque Financeiro (Ef) = (CTC) = (-) (CK)

Movimentos no Estoque Monetário (Em) = (-) (Bm) = (CTC+ Bka)

Fonte: Kohler (2011, p.203).

Neste contexto, para os propósitos aqui referenciados, de pronto se observa que a Teoria da Base Exportadora, a Teoria da Base Econômica, referendadas pela Balança de Pagamentos epigrafada, ficam plenamente enquadradas, em termos de fluxos, ao esquema do Quadro 03, corroborando os processos de interiorização e exteriorização, respectivamente, do setor básico ao não básico e do setor básico com o exterior.

Por sua vez, as duas leis da termodinâmica também se enquadram nesta abordagem, basta se convencionar a matéria como sendo os bens e serviços e a energia como sendo a moeda. Se fosse a economia local fechada, sem um setor básico, tenderia ao equilíbrio interno com limites de ampliação do volume de matéria e energia, ou, em termos econômicos, dimensionando sua produção pela escassez dos recursos, o que atende os preceitos da lei da entalpia.

Já o grau de entropia é expresso pela desordem econômica, pela diversificação das atividades na economia local, em uma relação direta: quanto maior a entropia, ou maior a diversificação das atividades econômicas locais, maior é a tendência de equilíbrio macroeconômico. De outra forma, no contexto de um sistema aberto, quanto menos especializada for a economia local, ou mais diversificadas forem as atividades econômicas, o que indica maior entropia, menor deverão ser as variações em seu produto interno, que assume um maior padrão de estabilidade em termos macroeconômicos.

A título de exemplificação, para um município essencialmente agrícola e especializado em um único produto, as variações no valor agregado por esse produto provocam turbulências proporcionais no PIB local, ao contrário, de um município de produção diversificada, que assume um maior padrão de estabilidade, visto que as atividades isoladas têm menor expressão relativa. Os multiplicadores dos efeitos diretos, indiretos e induzidos das atividades microeconômicas são condicionados por sua magnitude na macroeconomia local.

Da mesma forma, essa economia local é um sistema dissipativo, por ser um sistema aberto por excelência, com trocas contínuas com o exterior. Seu padrão de

estabilidade depende ora, de sua capacidade de transferir para o seu ambiente interno os frutos da agregação de rendas, pela dinâmica do setor básico e ora, de sua capacidade de circulação interna de bens e serviços, pela dinâmica do setor não básico.

Como um sistema dissipativo, a economia local sofre influências de seu exterior, ou melhor, conjuntura e políticas econômicas nacionais atuam diretamente no local, entretanto a dinâmica interna irá dimensionar o impacto. Isso indica que uma política fiscal ou monetária expansionista, por exemplo, não tem o mesmo efeito no mosaico brasileiro, porque cada município é um sistema próprio, um ambiente macro, expresso por suas especificidades próprias, neste caso, seu ambiente micro.

A visão de conjunto possibilita uma forma particular e privilegiada para diagnosticar a economia local. Isso não nega a importância do acompanhamento das variáveis microeconômicas, para gestão e intervenção nesse ambiente. Pelo contrário, o que aqui se defendeu é que a macroeconomia é um método de análise diferenciado, que permite descortinar o palco para intervir na economia local. As partes compõem o todo, todavia das partes não se vislumbra o todo, pois não são justapostas. Cada qual é um sistema complexo que deve ser observado por suas dimensões e especificidades, no momento presente, que foi moldado pelo passado e será o forjador do futuro.

Considerações finais

Nessa reflexão se objetivou verificar a pertinência e oportunidade da visão sistêmica no entendimento do estágio de desenvolvimento socioeconômico de um município e/ou região. Defendeu-se que, mesmo nos sistemas mais caóticos, de trocas constantes de matéria e energia com seu exterior, com a delimitação de espaço-tempo, é possível identificar padrões de comportamento, de forma que, quanto mais complexo for o sistema, mais estáveis se tornam esses padrões.

Com esse embasamento e com a definição de um município/região como um sistema complexo e aberto ao exterior, se referenciou que, para diagnosticar a etapa evolutiva de desenvolvimento de um território específico, em determinado período de tempo, para além do olhar aos agentes econômicos (ambiente micro), é indispensável um olhar de conjunto, macroeconômico, com vistas a identificar padrões de comportamento que instrumentalizem ações de planejamento e intervenção.

Todavia, se referenciou que para entender o estágio de desenvolvimento de uma localidade, se faz necessário o resgate de sua trajetória histórica, para identificar elementos fundantes de sua estrutura socioeconômica e, a partir desta compreensão, alavancar meios para intervenção no processo de desenvolvimento.

Destacou-se que os municípios na estrutura federada brasileira não gestam sua economia, quer por inexistência de capacidade técnica instalada, quer, em especial, por inexistência da produção contínua e atualizada de indicadores de desempenho conjunto, macroscópico, nesse recorte territorial.

Vale ainda destacar que os instrumentos tradicionais de políticas econômicas, fiscais, monetários e cambiais, ficam prejudicados na gestão desse espaço, que é específico, diferenciado, o que também já aponta como um forte argumento na defesa de incursões investigativas para teorizar, compreender e atuar na gestão da economia local.

Um método de análise a partir de variáveis macroeconômicas permite, para além da visão de conjunto, identificar multiplicadores de efeitos diretos, indiretos e induzidos das variáveis microeconômicas. A visão de conjunto, sistêmica, viabilizada pela macroeconomia local é, em suma, mais um método de análise para diagnosticar o estágio de desenvolvimento socioeconômico do território, contudo, um método diferenciado e imprescindível com vistas a ações de planejamento e intervenção.

Por fim, mais uma vez, se epigrafa a necessidade premente de fomento às investigações teóricas pontuais e à produção de indicadores primários, com atualização e acompanhamento permanentes. Para tal, estruturas que buscam atender esses propósitos ainda precisam ser montadas país afora.

Referências

BOFF, Leonardo, **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis, R.J., Editora Vozes, 1998.

BOISIER, S., **El difícil arte de hacer región: las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional (conceptos, problemas y métodos)**. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1982.

CAPRA, Fritjof. **Sabedoria Incomum**. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1999.

DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**. 7^a ed., São Paulo: Pioneira, 1986.

FERRARI FILHO, F. & ARAÚJO, J. P. **Caos, Incerteza e teoria pós-keynesiana**. Série Textos para Discussão n^o 2000/02, www.ufrgs.br/cpge/, 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7^a ed., Caxias do Sul: Vozes, 1985.

KOHLER, Romualdo. **Simulações acerca da relação entre oferta de moeda e crescimento de pequenas economias abertas**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003.

_____. **Os fundamentos da macroeconomia local**. Taubaté, SP, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 3, p. 186-211, set-dez/2011.

MARIOTTI, Humberto, **As Paixões do Ego: Complexidade, Política e Solidariedade**. São Paulo, Editora Palas Athena, 2000.

MORIN, Edgar, MOIGNE, Jean-Louis Lê. **A inteligência da complexidade**. 3^a ed., (Tradução: Nurimar Maria Falci), São Paulo, Petrópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4^a ed., (Tradução: Dulce Matos), Lisboa, Portugal, Instituto PIAGET, 2003.

NETO, B. S. e BASSO, David (org). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 2005.

NETO, Benedito Silva. **Sistemas Dissipativos, Complexidade e Desenvolvimento Sustentável – Parte I**. Cadernos UNIJUÍ, Ijuí, Editora UNIJUÍ, 2006.

_____. **Sistemas Dissipativos, Complexidade e Desenvolvimento Sustentável – Parte 2**. Cadernos UNIJUÍ, Ijuí, Editora UNIJUÍ, 2007.

PORTUGAL, M. S. & SOUZA, N. J. **Fatores de crescimento da Região Sul, 1960/1995**. Série Textos para Discussão nº 98/06, <www.ufrgs.br/cpge/>, 1998.

SOUZA, Nali de Jesus de. Conceito de Aplicação da Teoria da Base Econômica. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 10, n.25, p. 117-130, março 1980. Disponível em: <http://www.nalijsouza.web.br.com/downloads/outros-textos/economia-rio-grande-do-sul/teoria_base_rs.pdf>.

_____. **A Teoria da Base Econômica Regional**. R.S.: IEPE, 1982.

_____. **Desenvolvimento Regional**. R.S.: IEPE, 1997.

_____. **Desenvolvimento Econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Submetido em 31/08/2012.

Aprovado em 06/07/2013.

Sobre o autor

Romualdo Kohler

Professor do Curso de Ciências Econômicas - DACEC/UNIJUI - Economista com Graduação em Administração de Empresas, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Econômicas, Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNISC e Doutorado em Administração pela Universidad Nacional de Misiones - UNaM, Misiones/Argentina.

E-mail: romualdo@unijui.edu.br.